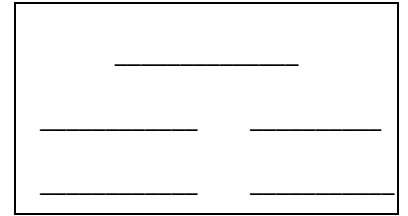




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 27/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 16/12/2020

Participações por videoconferência (Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação dada pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho)

PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO

VEREADORES: JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA
PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO
LUIS MIGUEL FIALHO DUARTE
JOSÉ FILIPE SANTOS CRUZ

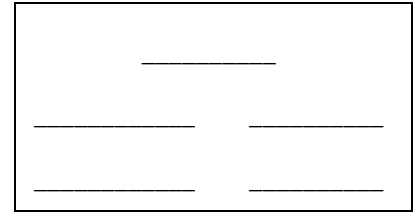
HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 18:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:	FALTAS INJUSTIFICADAS
----------------------	-----------------------

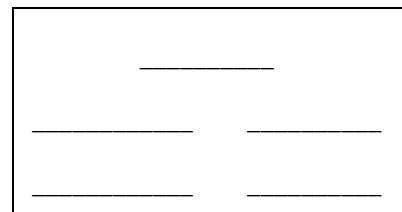
RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 10/12/2020

CAIXA	3.871,23 €
FUNDOS DE MANEIO	2.552,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.957.169,60 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	506.651,37 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	1.817,52 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	4.540,42 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	86.424,47 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	336.435,01 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	269.762,09 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	262.452,95 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	41.954,53 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.794,49 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.961.040,83 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.840.750,97 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	120.289,86 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual foi realizada por videoconferência, no âmbito das medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, cujo prazo foi alargado pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, que através do seu artigo 2.º alterou o artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, possibilitando que até 31 de dezembro de 2020, possam ser realizadas por videoconferência, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias Locais, com a participação de todos os membros do órgão e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
- 2) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 4 de novembro de 2020; -----
- 3) Informação sobre a atividade da Câmara; -----
- 4) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística; -----
- 5) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 4 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar; -----
- 6) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 1 relativo à Empreitada de Zonas de Controlo e Monitorização de Perdas de Água no Concelho de Viana do Alentejo; -----
- 7) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 1 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires; -----
- 8) Proposta de constituição de Fundos de maneiio destinados ao pagamento de pequenas despesas correntes, urgentes e inadiáveis, no ano de 2021; -----
- 9) Proposta de atualização dos Tarifários dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos a vigorar no ano de 2021; -----
- 10) Proposta de fixação do número de Bolsas de Estudo a atribuir no corrente ano letivo, bem como do respetivo montante unitário; -----
- 11) Proposta de atribuição de Bolsas de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica; -----
- 12) Proposta de manifestação da intenção de indeferimento de dez pedidos de atribuição de Bolsa de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica; -----
- 13) Proposta de atribuição de prémios de mérito, ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo; -----
- 14) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 15) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 16) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----



- 17)** Proposta de transferência de verbas para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas, no âmbito da COVID-19; -----
- 18)** Proposta de transferências de verbas para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, no âmbito da COVID-19; -----
- 19)** Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo, no âmbito do Protocolo relativo ao apoio do Município na obra de conservação, requalificação e musealização do Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo; -----
- 20)** Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo, para apoio na obra de conservação, requalificação e musealização do Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo; -----
- 21)** Proposta de ratificação da 27.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
- 22)** Proposta de ratificação da 18.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 23)** Proposta de aprovação da 28.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
- 24)** Proposta de aprovação da 18.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
- 25)** Proposta de aprovação da 19.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 26)** Proposta de deferimento do pedido de legalização de obras, cujos requerentes são António Conceição Mira Pinto e Outros (Processo n.º 214/19); -----
- 27)** Proposta de ratificação dos despachos do Senhor Presidente que concederam apoios em espécie à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo. -----

- O Senhor Presidente, em nome de todo o executivo, saudou o regresso da Dra. Maria d’Aires Vilela que após recuperação da COVID-19, está hoje presente no apoio a esta reunião. -----

- A Dra. Maria d’Aires Vilela agradeceu a saudação bem como o apoio manifestado enquanto esteve isolada no domicílio. -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia:

- O senhor Presidente referiu que o Município de Viana do Alentejo foi distinguido com dois prémios nacionais, no âmbito do Programa “Município Amigo do Desporto”. Disse que esta distinção resulta de duas candidaturas da autarquia ao programa de reconhecimento de boas práticas a nível das programações desportivas municipais, dos campos de férias e dos programas desportivos adaptados, promovido pela Cidade Social, nas áreas da “Presença Digital” e da “Intervenção COVID-19”. Na “Presença Digital”, o Município candidatou o programa “Summer Online”, que alcançou o primeiro lugar



na tabela de municípios até 10.000 habitantes, enquanto que na “Intervenção COVID-19”, o Clube de Saúde Sénior obteve o segundo lugar. -----

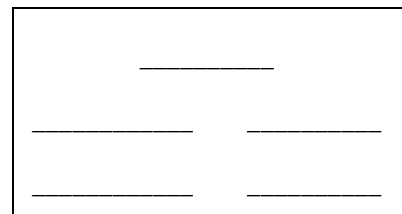
O senhor Presidente salientou que, de modo a minimizar os riscos associados à pandemia COVID-19, durante as férias de verão, no âmbito do programa de Tempos Livres “Summer 2020”, o Município publicou um conjunto de vídeos nas suas redes sociais, destinados a promover o entretenimento de crianças e jovens, com atividades lúdicas, culturais e desportivas. -----

Disse ainda o senhor Presidente que também o Clube de Saúde Sénior, dinamizado por uma equipa multidisciplinar com vista a melhorar os índices de saúde, bem-estar e qualidade de vida da população sénior do Concelho, através da prática regular de exercício físico, iniciou a sua atividade num novo formato, mantendo o acompanhamento aos utentes mesmo à distância. -----

- O senhor Presidente informou que está marcado para o próximo dia 18 de dezembro novo atendimento jurídico gratuito efetuado pela DECO – Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor, nas instalações do Balcão Municipal da Câmara Municipal, desta vez através de videoconferência. Recorda-se que, recorrendo ao apoio da DECO, o munícipe pode obter informação sobre direitos do consumidor, apoio na apresentação de uma reclamação, orientação económica na gestão de orçamento e apoio na renegociação dos seus créditos. O senhor Presidente lembrou que os interessados devem efetuar marcação através do telefone 266 930 010 ou através dos e-mails gadecon@cm-vianadoalentejo.pt ou atendimento@cm-vianadoalentejo.pt. -----

- O senhor Presidente informou que à semelhança dos anos anteriores, o Município de Viana do Alentejo apoia as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, nomeadamente a Associação Terra Mãe e o Pólo de Viana do Alentejo da Cáritas Arquidiocesana de Évora, na aquisição de produtos para os Cabazes de Natal, que serão oferecidos às famílias carenciadas economicamente, entre 15 e 17 de dezembro. O número de cada um dos bens oferecidos foi baseado no que as referidas Associações comunicaram. -----

- O senhor Presidente, no seguimento de anteriores comunicações que o Executivo Municipal em regime de permanência tem dirigido à população, com o objetivo de informar sobre a evolução do processo “pandemia COVID-19”, fez um ponto de situação, sublinhando particularmente a situação neste Concelho: Recordou que no dia 22 de maio foi detetado o primeiro caso positivo COVID-19 no Concelho, tendo as situações sido coordenadas pela Autoridade de Saúde, de acordo com os protocolos e medidas adequadas à ocorrência. Recordou igualmente que o Município de Viana do Alentejo, para minimizar o impacto provocado pela pandemia da COVID-19, aprovou no passado mês de abril um pacote de medidas sociais de apoio à população, com destaque para o Fundo de Emergência Municipal, no valor de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). As vinte medidas aprovadas visaram apoiar as famílias, as

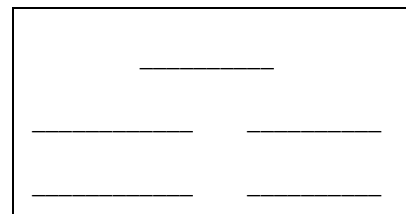


empresas, as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social e o movimento associativo. Em julho, de modo a reforçar estas medidas, o Município voltou a aprovar um outro pacote de apoios sociais destinado aos agregados familiares mais carenciados economicamente, com a atribuição de um apoio para pagamento da água, eletricidade, gás, renda de habitação e comunicações. O senhor Presidente acrescentou que, se em agosto este apoio se estendeu a 23 beneficiários, no mês de setembro verificou-se um acréscimo neste número, passando a abranger 63 beneficiários. O senhor Presidente salientou que estes apoios se destinam a munícipes em situação socioeconómica precária, integrados em agregados familiares com baixos rendimentos e que possam ter visto a sua situação agravar-se durante este período pandémico. -----

Sobre os dados divulgados pelo Município, o senhor Presidente novamente salientou que, não sendo possível à Câmara Municipal atualizar e verificar a veracidade da informação proveniente das diversas fontes, é comunicada a informação que chega das entidades oficiais, isto porque tem chegado informação “não oficial” sobre casos COVID-19 positivos que, mais tarde, se constata não corresponder à realidade. Acrescentou ainda que o Município não recebe a identificação das pessoas, mas apenas o número de casos positivos acumulado, o número de recuperados e o número de óbitos. Pela falta de informação e pelos atrasos, já algumas vezes verificados, foram solicitados esclarecimentos às entidades oficiais. Disse o senhor Presidente que de acordo com os dados oficiais da DGS – Direção-Geral da Saúde, os números no Concelho são, à data de hoje (16/12/2020) os seguintes: 49 casos confirmados, 32 recuperados, 16 ativos e, lamentavelmente, 1 óbito. -----

Relativamente às medidas nacionais no âmbito do combate à pandemia da COVID-19, o senhor Presidente referiu que, no seguimento da renovação do Estado de Emergência decretado por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, que vigorará até às 23:59 horas do dia 23 de dezembro, o Conselho de Ministros aprovou no dia 4 de dezembro novas medidas de combate à pandemia, que entraram em vigor a partir das 00:00 horas do dia 9 de dezembro, havendo reavaliação da situação epidemiológica do País no dia 18 de dezembro. Disse o senhor Presidente que o nosso Concelho passou do segundo nível (recorde-se que são quatro) de gravidade para o primeiro, ficando assim incluído no nível mais baixo, equivalente a risco moderado (menos de 240 casos por cada 100.000 habitantes). Deste modo, o nosso Concelho ficou liberto da restrição de circulação na via pública entre as 23:00 horas e as 05:00 horas, a partir do dia 9 de dezembro. -----

O senhor Presidente realçou que as medidas para o Natal e para o Ano Novo, bem como toda a informação relacionada com a COVID-19, pode ser consultada na página do Governo, através da



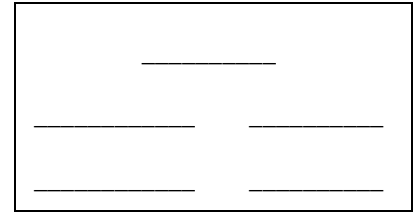
hiperligação <https://covid19estamoson.gov.pt/>. Realçou ainda que o Município tem vindo a partilhar estes conteúdos no seu Facebook. -----

Apesar destes últimos dados, disse o senhor Presidente que é necessário continuar a apelar à responsabilidade individual de cada um, recomendando a todos uma atitude prudente e atenta às orientações da DGS – Direção-Geral da Saúde e de outras entidades oficiais, nomeadamente: -----

- Mantendo o distanciamento social;
- Usando máscara;
- Desinfetando as mãos;
- Evitando ajuntamentos e festas;
- Evitando espaços fechados, pequenos e pouco arejados.

O senhor Presidente acrescentou que o Município continuará, como até aqui, a acompanhar a situação, articulando as suas ações com as diversas entidades locais, regionais e nacionais, nomeadamente da área da Proteção Civil, da Segurança Social e da Saúde, entre outras, tomando todas as medidas que entender mais adequadas em benefício de todos os munícipes, particularmente dos mais afetados e fragilizados pela crise que enfrentamos. Recordou que continuam a ser utilizados todos os canais do Município para sensibilizar e informar, divulgar e promover toda a informação útil de que tenhamos conhecimento, dirigida a toda a população, quer às Famílias, quer às Empresas e a outras Entidades. Referiu que o Município pretende ser um “interface agregador” da comunicação das ofertas de serviços e apoios sociais, o mais abrangente possível. Deixou, por fim, uma última palavra a todos os munícipes que estão confinados, quer por estarem positivos, quer por terem alguém na família positivo. Relembrou que o Município distribuiu um folheto porta-a-porta com os contactos de todos os tipos de apoio existentes no Concelho. No caso de Aguiar e Viana do Alentejo, os Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo disponibilizaram-se para prestar apoio aos munícipes que necessitem e o solicitem. Em Alcáçovas os apoios são prestados pela Junta de Freguesia e pela Delegação da Cruz Vermelha. Também o CLDS4G – Contrato Local de Desenvolvimento Social de Viana do Alentejo disponibiliza apoio gratuito em caso de confinamento. Assim, a Terras Dentro, através do referido CLDS4G, disponibiliza a todos os residentes do Concelho que se encontrem em isolamento ou quarentena, e conseqüente confinamento obrigatório, apoios ao domicílio para garantir o suprimento das suas necessidades básicas. O senhor Presidente reforçou que se considerarem necessário o apoio do Município, deverão efetuar o respetivo contacto. ----

- Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que tem vindo a ouvir algumas reclamações sobre a Quinta da Joana, nomeadamente por parte de pessoas que encontram o espaço fechado quando a ele se dirigem ou que encontram o espaço com as luzes apagadas.



Perguntou este Vereador se o funcionamento do referido espaço é em horário alternado pois é importante o devido esclarecimento da situação. -----

Disse também o senhor Vereador Luis Miguel Duarte ter tido conhecimento de que o Encarregado José Luis Banha se aposentou, constando-lhe que o Município celebrou com ele um contrato que o mantém em funções. Perguntou este Vereador o porquê deste procedimento e que tipo de contrato foi celebrado. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte recordou já ter pedido os valores não gastos pelo Município, relativos a iniciativas que não se realizaram em virtude da pandemia. Reiterou este pedido, não sendo relevante que os valores sejam absolutamente rigorosos. -----

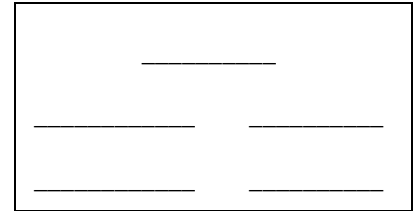
Também o senhor Vereador Luis Miguel Duarte perguntou que montante já foi gasto relativamente ao fundo de emergência criado, no valor de 150 000,00 € (cento e cinquenta mil euros). -----

- O senhor Presidente, relativamente às questões colocadas, reforçou a necessidade de manter atualizado o registo de pedidos efetuados pelos senhores Vereadores, a fim de internamente lhes ser dado o devido encaminhamento. -----

Quanto às questões hoje colocadas pelo senhor Vereador Luis Miguel Duarte, o senhor Presidente referiu que na próxima reunião trará informação quer relativamente às despesas de iniciativas não realizadas, quer também a receitas que se deixaram de arrecadar. Quanto ao fundo de emergência, o senhor Presidente clarificou que este título “Fundo de Emergência” abarca naturalmente despesas de diversa natureza, repartidas por várias rubricas orçamentais e daí que tenha de ser feito um trabalho pela Contabilidade no sentido de reunir os dados relevantes. -----

- Relativamente à situação do Encarregado José Luis Banha, o senhor Vice-Presidente esclareceu que não é possível ao Município celebrar com ele contratos para o exercício de funções, dada a sua situação de aposentado. Concretizou que foi efetivamente celebrado um contrato de prestação e serviços com uma empresa do Concelho, à qual o senhor José Luis Banha presta serviço. Foi celebrado com essa empresa um contrato de prestação de serviços por três meses para que o novo Engenheiro que vai ingressar no Município no início do ano, possa inteirar-se, com o senhor José Luis Banha, das diversas matérias afetas ao estaleiro municipal que têm estado há muitos anos sob a alçada do Encarregado. -----

Em resposta à pergunta do senhor Vereador Luis Miguel Duarte sobre o valor da prestação de serviços contratada, o senhor Vice-Presidente informou que o contrato de prestação de serviços foi celebrado com a Empresa Rotina Robusta, Lda., teve início a 2 de dezembro de 2020 e terminará a 26 de fevereiro de 2021, mediante o pagamento mensal de 1 640,00 (mil seiscentos e quarenta euros). Em complemento, o senhor Vice-Presidente acrescentou que o funcionamento da central de massas



betuminosas a frio, sempre esteve a cargo e sob a responsabilidade do Encarregado, pelo que uma das principais tarefas a passar ao futuro Engenheiro é precisamente esta. -----

- O senhor Presidente, a este propósito, acrescentou que era intenção do Município que o novo Engenheiro iniciasse funções mais cedo, não tendo isso sido possível. Por outro lado, previa-se que o processo de aposentação do Encarregado José Luis demorasse mais tempo, o que não veio a acontecer.

- Relativamente ao assunto da Quinta da Joana, o senhor Vereador Paulo Manzoupo referiu que no dia 5 de dezembro, a pessoa que lá estava a prestar serviço, em substituição de um colega, telefonou-lhe a comunicar a existência de um problema com a iluminação. Disse este Vereador que se deslocou ao local, constatando que havia uns disjuntores desligados, tendo o problema sido resolvido em pouco tempo. Disse ainda o senhor Vereador Paulo Manzoupo que o pessoal que trabalha na Quinta da Joana faz horário por turnos pelo que se o senhor Vereador Luís Miguel Duarte for mais específico quanto à data em que as alegadas “anomalias” terão ocorrido, será mais fácil tentar perceber o que terá acontecido. ----

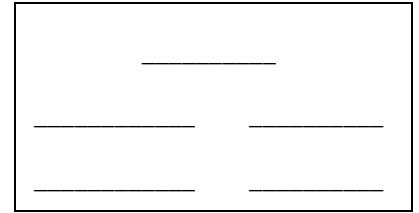
- O senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse não saber pormenores acerca do assunto e não ser sua intenção acusar alguém do que quer que seja, estando perfeitamente esclarecido quanto à questão que colocou. -----

- Mediante solicitação do senhor Presidente, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos referiu o atual quadro em que pode ocorrer a participação do público, quer nas sessões da Assembleia Municipal, quer nas reuniões da Câmara Municipal. Disse que a matéria em causa está regulada na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação que lhe foi conferida pelo artigo 2.º da Lei n.º 28/2020, de 28 de julho e que nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da referida Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março na redação atual, é referido que a autarquia deve assegurar condições para a intervenção do público, nomeadamente através da possibilidade de envio de comunicação previamente gravada a ser exibida na reunião através da disponibilização de meios para gravação prévia nas instalações da autarquia ou para acesso em direto em videoconferência, quando os cidadãos não disponham de meios próprios para o efeito e através de disponibilização de credencial para que os cidadãos que se inscreverem, possam intervir na reunião. -----

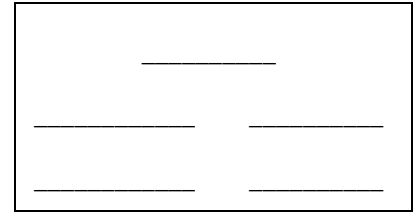
A chefe da Divisão de Gestão de Recursos informou ainda que hoje mesmo foi elaborado o edital n.º 6/2020 da Assembleia Municipal, definindo que a intervenção do público nas sessões (inclusive na próxima sessão do dia 18 de dezembro) será efetuada do seguinte modo: -----

a) Os cidadãos interessados em participar na Assembleia Municipal devem efetuar a sua inscrição para o endereço de e-mail assembleia.municipal@cm-vianadoalentejo.pt, até às 17:00 horas do dia anterior à data de realização da sessão, indicando o nome completo e o contacto telefónico; -----

b) Em resposta ao pedido de participação, o Gabinete de Informática enviará os elementos relativos às condições do formato do áudio ou vídeo: -----



- a) O áudio deverá ser enviado em formato MP3;
 - b) O vídeo deverá ser enviado em formato MP4;
 - c) A duração máxima do áudio ou vídeo é de 3 minutos;
 - d) O envio do áudio ou vídeo poderá ser efetuado através da Plataforma Wetransfer.
- c) Os cidadãos que desejem participar nas sessões e que não disponham de recursos informáticos para o efeito, poderão efetuar as gravações das suas intervenções com o apoio técnico do Município, devendo apresentar-se cumprindo todas as normas de segurança. Para o efeito, deverão efetuar marcação prévia, preferencialmente através do e-mail assembleia.municipal@cm-vianadoalentejo.pt, ou através do telefone: 266930010, até às 12:00 horas do dia anterior ao da realização da sessão da Assembleia Municipal. -----
- O senhor Vereador Luis Miguel Duarte concluiu que com este formato não é então possível que os cidadãos coloquem, em direto, as suas questões na Assembleia Municipal, nos dois períodos a isso destinados. -----
- O senhor Presidente referiu que esta matéria envolve uma vertente muito técnica, que se prende essencialmente com os meios informáticos. Acrescentou que da conversa havida com o Serviço de Informática, concluiu-se que os percalços que se poderão verificar a nível do estabelecimento das ligações não oferecem total garantia de que as intervenções em direto decorram sem problemas. O senhor Presidente considerou que uma vez que está a ser cumprido a Lei, garantindo a possibilidade de participação do público e dado que ainda não estão reunidas as condições técnicas mínimas necessárias para a realização de um bom trabalho; é preferível só evoluir para a participação em direto quando houver garantias de que tudo correrá bem. -----
- A chefe da Divisão de Gestão de Recursos sublinhou ainda que as três formas de participação do público nas sessões e reuniões dos órgãos autárquicos, não são cumulativas, cabendo a cada órgão, de acordo com as suas especificidades, definir a ou as formas de participações do público e o modo como essa participação deverá ocorrer, ou seja, não é obrigatório proporcionar a participação do público por todas as vias que a Lei prevê, concretamente a possibilidade de gravar a intervenção e entregá-la na Câmara, a possibilidade de vir à própria Câmara gravar a intervenção por não ter meios para o fazer e a possibilidade de obter uma credencial junto da Câmara para entrada em direto na reunião. A chefe da Divisão de Gestão de Recursos acrescentou que daquilo que falou com o Técnico de Informática, concluiu-se que, neste momento, com as indefinições e constrangimentos técnicos existentes, não é possível ainda a entrada em direto do público nas reuniões, com garantias de boa operacionalização deste procedimento. -----



- O senhor Presidente referiu que aquilo que pretende é que se caminhe para o maior número de opções que permita aos cidadãos participarem nas reuniões. Acrescentou que o senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou o seu interesse em definir as orientações para a participação do público já na próxima sessão daquele órgão e foi nesse sentido que emitiu o respetivo edital. Ainda neste contexto e encontrando-se já presente o Técnico do Serviço de Informática – Engenheiro Sérgio Carvalho, o senhor Presidente pediu-lhe que evidenciasse os motivos pelos quais considera não estarem ainda reunidas as condições que permitem aos cidadãos entrar em direto nas reuniões. -----

- O Engenheiro Sérgio Carvalho referiu que um dos motivos pelos quais considera não haver ainda condições para a participação do público em direto na próxima sessão da Assembleia Municipal, prende-se com o número de membros a interagir – mais de vinte pessoas – e com a gestão do momento em que cada um pode intervir. Em sua opinião é mais seguro, nesta primeira sessão, optar pela gravação prévia, evoluindo posteriormente para a participação em direto. -----

- O senhor Vereador Luis Miguel Duarte, reportando-se à próxima sessão da Assembleia Municipal, manifestou a opinião de que o formato de realização da mesma poderia ainda ser presencial, dado não estarem reunidas as condições para a participação do público, em direto, na modalidade de videoconferência. -----

- O senhor Presidente sublinhou que no formato anunciado através do edital de hoje, o senhor Presidente da Assembleia Municipal está a cumprir o que a Lei exige em matéria de possibilidade de participação do público. Recordou que no início da pandemia, com vista a garantir a possibilidade de participação dos cidadãos nas reuniões, a Câmara publicitou o edital n.º 9/2020, disponibilizando um endereço de email para as respetivas inscrições. Embora não tenha existido qualquer inscrição, disse o senhor Presidente que a participação dos cidadãos deve continuar a ser estimulada. -----

Disse ainda o senhor Presidente que à semelhança do que vai acontecendo noutros Organismos, considera que se aumenta a segurança de todos se as reuniões forem realizadas por videoconferência. Acrescentou que à semelhança do que sucede com as reuniões da Câmara, “parece-lhe bem” que as sessões da Assembleia Municipal também se realizem por meios à distância atendendo à pandemia que estamos a atravessar e garantindo sempre a possibilidade de participação do público. -----

- O senhor Vice-Presidente, em relação a este assunto, considerou que aquilo que é verdadeiramente importante é a salvaguarda da possibilidade do público intervir e esta possibilidade, segundo constatou, não está diminuída pelo facto de não ser efetuada em direto. Acrescentou que os direitos de quem quiser intervir na Assembleia Municipal não ficam diminuídos se gravar essa intervenção previamente ou se dirigir um mail ao senhor Presidente da Assembleia Municipal com qualquer questão que entender expor. -----



- O senhor Vereador Luis Miguel Duarte, sem questionar a legalidade de realizar a sessão da Assembleia por videoconferência, disse que seria igualmente legal que a mesma se realizasse presencialmente no Cineteatro que tem todas as condições para não colocar os participantes em risco. Em sua opinião e percebendo perfeitamente que não estejam ainda reunidas todas as condições técnicas para que a intervenção do público se faça em direto, disse este Vereador que teria sido preferível não realizar ainda esta sessão por videoconferência. -----

- O senhor Presidente sublinhou que considera ser mais seguro realizar a sessão por videoconferência do que presencialmente no Cineteatro. Retomando a intervenção do senhor Vice-Presidente, o senhor Presidente recordou que o Regimento da Assembleia Municipal prevê dois períodos para a intervenção do público, definindo como essas intervenções deverão ocorrer. Acrescentou que o senhor Presidente da Assembleia, na última sessão, referiu-se à tolerância que tem existido no sentido de permitir, nestes períodos de intervenção do público, o estabelecimento de diálogos que o Regimento não prevê. Disse o senhor Presidente da Assembleia, nessa ocasião, que passando as sessões a ser objeto de gravação, haverá a necessidade do cumprimento escrupuloso do Regimento. Neste contexto, o senhor Presidente considerou que deste modo ficará mais esbatida a diferença entre a intervenção presencial e a intervenção feita de forma digital. -----

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 4 de novembro de 2020 – A Câmara aprovou por unanimidade a ata relativa à reunião ordinária de 4 de novembro de 2020. -----

Ponto três) Informação sobre a atividade da Câmara – O senhor Presidente referiu que no dia 3 de dezembro teve lugar o primeiro sorteio da “Campanha Natal Solidário do Concelho de Viana do Alentejo – Compre no Comércio Local”, com transmissão em direto no Facebook do Município. Recordou que nesta nova campanha de Natal, o número de prémios foi alargado para 10 (na campanha anterior, “Compre no Comércio Local – Vales Solidários” eram 5 por sorteio), desde os 50,00€ para o 10.º prémio aos 300,00€ para o 1.º, num investimento total de 3.300,00€, distribuídos por três sorteios, que se irão realizar nos dias 3 e 17 de dezembro e 6 de janeiro de 2021, podendo o valor dos prémios ser utilizado até ao dia 30 de janeiro, nos 80 estabelecimentos aderentes.

Informou sobre os vencedores:

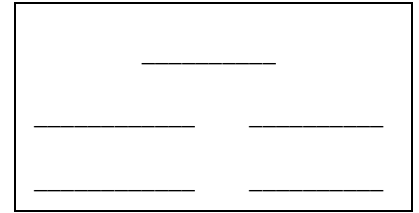
- 1.º prémio (300€) – talão n.º 17276 | estabelecimento – Distriviana (Intermarché) – Viana do Alentejo;



- 2.º prémio (200€) – talão n.º 13963 | estabelecimento – Meu Super – Alcáçovas;
- 3.º prémio (150€) – talão n.º 9195 | estabelecimento – Churrasqueira das Escadinhas – Viana do Alentejo;
- 4.º prémio (100€) – talão n.º 16320 | estabelecimento – Petiscos D’Agar – Aguiar;
- 5.º prémio (100€) – talão n.º 1290 | estabelecimento - Distriviana (Intermarché) – Viana do Alentejo;
- 6.º prémio (50€) – talão n.º 14109 | estabelecimento - Distriviana (Intermarché) – Viana do Alentejo;
- 7.º prémio (50€) – talão n.º 20077 | estabelecimento – Mini-Mercado S. Pedro – Viana do Alentejo;
- 8.º prémio (50€) – talão n.º 10552 | estabelecimento - Distriviana (Intermarché) – Viana do Alentejo;
- 9.º prémio (50€) – talão n.º 23610 | estabelecimento Mini-Mercado “Grosso” – Alcáçovas;
- 10.º prémio (50€) – talão n.º 10415 | estabelecimento – Ourivesaria Leitão – Viana do Alentejo.

Os premiados têm um prazo de trinta dias, contado após a data do sorteio, para reclamarem os prémios, através do endereço eletrónico gadecon@cm-vianadoalentejo.pt ou dirigindo-se pessoalmente aos balcões municipais (Alcáçovas e Viana do Alentejo) ou à Junta de Freguesia de Aguiar. Os prémios só poderão ser levantados pelos premiados munidos de um documento de identificação válido, do canhoto numerado e do talão ou fatura da compra. Caso o prémio não seja reclamado no prazo estipulado, o premiado perde o direito ao prémio, conforme estipulado nas normas da Campanha. O senhor Presidente recordou ainda que esta nova campanha surge no âmbito da iniciativa de dinamização do comércio local que incluiu também a campanha “Compre no Comércio Local – Vales Solidários”, que decorreu nos meses de agosto, setembro e outubro, com o intuito de ajudar a revitalizar a economia, estimulando os hábitos de consumo locais, nesta altura, particularmente difícil, devido à pandemia. Assim, até ao dia 31 de dezembro, por cada 10,00€ em compras, cada cliente recebe um cupão que o habilita aos sorteios, agora de forma ainda mais fácil (nesta edição não é necessário o preenchimento do cupão). Para mais informações, as normas podem ser consultadas no site do Município, através do link https://www.cm-vianadoalentejo.pt/wp-content/uploads/2020/11/normas_campanhanatalsolidario.pdf.

- O senhor Presidente informou que no dia 4 de dezembro teve lugar o briefing semanal, entre o SMPCVA – Serviço Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo, os BVVA – Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e a GNR – Guarda Nacional Republicana, no âmbito da COVID-19, tendo sido efetuado um ponto da situação epidemiológica, por via da informação disponibilizada através do CDOS – Comando

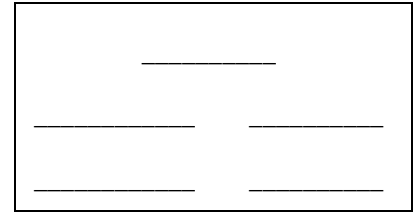


Distrital de Operações de Socorro de Évora, troca de informações entre as várias entidades participantes, referência a ocorrências mais relevantes e planeamento de trabalhos. -----

- O senhor Presidente informou que também no dia 4 de dezembro reuniu o Núcleo Executivo da Rede Social de Viana do Alentejo, através de videoconferência, tendo estado presentes representantes da Câmara Municipal de Viana do Alentejo; Sandra Fragoso, do Serviço Local da Segurança Social de Viana do Alentejo; Carla Malaca, da Associação Terras Dentro e Susana Belga, da Associação Terra Mãe. Foram transmitidas algumas informações relacionadas com o momento, tendo-se concluído que as entidades da área social continuam a dar resposta à população e a articular entre si muito regularmente. -----

- O senhor Presidente referiu que no dia 5 de dezembro se assinalou o Dia Internacional do Voluntariado. Acrescentou que nunca é demais referir que o Voluntariado é um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizado por pessoas de forma desinteressada, no âmbito de projetos, programas ou outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade. Ainda a este propósito, recordou que o BLV – Banco Local de Voluntariado do Concelho de Viana do Alentejo foi implementado no dia 21 de setembro de 2011, no seguimento do seu reconhecimento pelo CNPV – Conselho nacional para a Promoção do Voluntariado. Desde então, o BLV é constituído por mais de uma centena de voluntários inscritos, dos quais mais de cinquenta efetuam voluntariado com regularidade no âmbito de Programas de Voluntariado assinados com mais de uma dezena de organizações promotoras. Destacou a disponibilidade dos voluntários do BLV em oferecerem o seu tempo para ajudar e registou a abertura das organizações promotoras para acolher voluntários no seu seio. Em nome do executivo municipal em regime de permanência, saudou todos os voluntários do Concelho e as instituições que os acolhem, valorizando a sua dedicação em prol da comunidade. O senhor Presidente concluiu referindo que as inscrições para o BLV estão permanentemente abertas, quer para voluntários, quer para organizações promotoras. -----

- O senhor Presidente informou que no dia 9 de dezembro, o Município entregou na DRCA – Direção Regional de Cultura do Alentejo, a candidatura do Paço dos Henriques à MPE – Marca do Património Europeu, que abarca seis sítios localizados em outros tantos Estados Membros da UE – União Europeia, que possuem um Património Imaterial similar, onde foram assinados relevantes Tratados de Paz. O senhor Presidente acrescentou que a MPE, instituída em 2011, tem como objetivo distinguir sítios que representem um forte valor simbólico europeu e que confirmem visibilidade, quer à história comum europeia e à constituição da UE, quer aos valores europeus e aos direitos humanos que são o sustentáculo do processo de integração europeia. Acrescentou ainda que a candidatura foi apresentada na categoria de “Sítio Transnacional”, ou seja, um “Sítio” que associa vários sítios localizados em diferentes Estados Membros que se centram num tema específico e que integra, para além do Paço dos



Henriques como sítio coordenador, o Conjunto Arquitetónico de Alcañices (Espanha), o Castelo de Trencin (Eslováquia), a Casa da Paz de Vasvár (Hungria), o Mosteiro de S. Francisco de Zadar (Croácia), o Parque da Fonte Histórica de Kaynardzha (Bulgária) e o Museu Nacional Cotroceni de Bucareste (Roménia). O senhor Presidente concluiu que esta candidatura foi desenvolvida em estreita colaboração entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação ENPP – European Network of Places of Peace, com base num protocolo assinado entre as duas entidades. -----

- O senhor Presidente informou que no dia 10 de dezembro participou na reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil de Évora, com recurso a videoconferência. Recordou que fazem parte desta Comissão três presidentes de câmaras municipais designados pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que um deles a preside; o Comandante do Comando Distrital de Operações e Socorro de Évora; um representante de cada ministério, designado pelo respetivo Ministro; os responsáveis máximos das forças e serviços de segurança existentes no distrito (GNR – Guarda Nacional Republicana e PSP – Polícia de Segurança Pública); um representante do INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica; um representante da Liga de Bombeiros Portugueses e um representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. Tendo em conta os riscos existentes, relacionados com a COVID-19, o Presidente desta Comissão considerou fundamental a participação de todos os presidentes das câmaras municipais do distrito de Évora. De entre os vários assuntos abordados, o senhor Presidente destacou o ponto situação da pandemia no distrito. -----

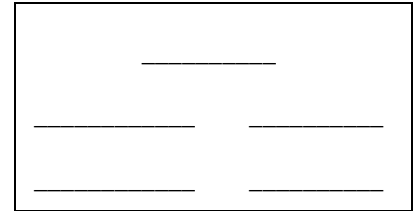
- O senhor Presidente informou que também no dia 10 de dezembro reuniu o CMJVA – Conselho Municipal da Juventude de Viana do Alentejo, com recurso a videoconferência. -----

- O senhor Presidente informou que no dia 11 de dezembro participou na reunião mensal do Conselho de Administração da GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, em representação da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, reunião que decorreu por videoconferência. -----

- O senhor Presidente informou que no dia 15 de dezembro, o Senhor Vice-Presidente participou numa reunião extraordinária do Conselho Regional da CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no Auditório desta, em Évora. -----

- O senhor Presidente informou que também no dia 15 de dezembro, participou na reunião mensal do Conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, com recurso a videoconferência. -----

Ponto quatro) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----



Ponto cinco) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 4 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar – A Câmara aprovou por unanimidade o auto de medição n.º 4 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar, no montante de 30 612,93 € (trinta mil seiscentos e doze euros e noventa e três cêntimos). -----

Ponto seis) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 1 relativo à Empreitada de Zonas de Controlo e Monitorização de Perdas de Água no Concelho de Viana do Alentejo – Foi presente o auto de medição n.º 1 relativo à Empreitada de Zonas de Controlo e Monitorização de Perdas de Água no Concelho de Viana do Alentejo, no montante de 8 250,66 € (oito mil duzentos e cinquenta euros e sessenta e seis cêntimos). -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte solicitou esclarecimentos sobre a Empreitada a que este auto se refere. -----

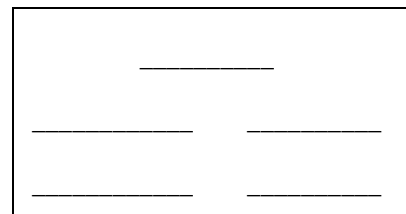
O senhor Presidente, em resposta, esclareceu que esta empreitada insere-se numa candidatura efetuada em parceria com outros municípios e que no caso de Viana do Alentejo prevê a instalação, na zona do Altinho, de um conjunto de instrumentos que permitam melhorar o abastecimento de água e uma gestão mais eficaz, quer com a diminuição de roturas, quer com a melhoria da operacionalização das respetivas reparações. O senhor Presidente acrescentou que a Empresa adjudicatária é a Hubell, estando o Município a tentar que seja efetuado um melhor acompanhamento da obra de forma a que os percalços que têm surgido, causem o menor transtorno possível. Acrescentou que não é possível efetuar trabalhos na rede de águas sem causar transtornos, desejando que os mesmos sejam compensados, particularmente para os residentes na zona do Altinho, com a melhoria das condições do abastecimento, logo que a Empreitada esteja concluída. -----

Ainda relativamente aos percalços que têm surgido no âmbito desta empreitada, o senhor Vereador Paulo Manzoupo referiu que dois dos cortes no abastecimento de água na zona do Altinho tiveram por base a danificação da conduta, devido à máquina ter batido no ferro assente em válvulas antigas cuja localização era desconhecida. -----

O auto de medição em causa foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto sete) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 1 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires – A Câmara aprovou por unanimidade o auto de medição n.º 1 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires em Viana do Alentejo, no montante de 117 174,56 € (cento e dezassete mil cento e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos). -----

Ponto oito) Proposta de constituição de Fundos de maneo destinados ao pagamento de pequenas despesas correntes, urgentes e inadiáveis, no ano de 2021 – Nos termos do Regulamento relativo à



Constituição de Fundos de Maneio, a Câmara deliberou com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, autorizar a constituição de quatro fundos de maneio em 2021, destinados apenas à realização de pequenas despesas correntes, urgentes e inadiáveis, desde que as características das despesas se enquadrem nas rubricas de classificação económica abaixo identificadas. Com idêntica votação foram designados os responsáveis de cada Fundo de Maneio como se segue:

1) Montante: 1.000,00 €

Responsável: **Sandra de Jesus Ferreira Pereira**, Técnica-Superior afeta à Divisão de Desenvolvimento Social e Humano.

Rúbricas de classificação económica:

Aquisição de Bens:

02.01.02 – Combustíveis e lubrificantes 100,00 €

02.01.02.01 – Gasolina » 50,00 €

02.01.02.02 – Gasóleo » 50,00 €

02.01.08 – Material de escritório 50,00 €

02.01.14 – Outro material – peças 100,00 €

02.01.18 – Livros e documentação técnica 50,00 €

02.01.21 – Outros bens 150,00 €

Aquisição de Serviços:

02.02.09 – Comunicações 50,00 €

02.02.13 – Deslocações e estadas 150,00 €

02.02.25 – Outros serviços 350,00 €

2) Montante: 1.000,00 €

Responsável: **Paulo José Cachola Manzoupo**, Vereador em regime de permanência.

Rúbricas de classificação económica:

Aquisição de Bens:

02.01.02 – Combustíveis e lubrificantes 150,00 €

02.01.02.01 – Gasolina » 50,00 €

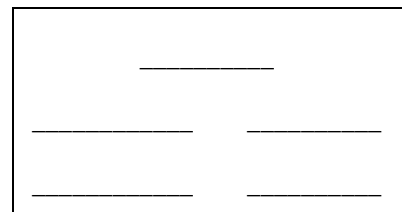
02.01.02.02 – Gasóleo » 100,00 €

02.01.08 – Material de Escritório 100,00 €

02.01.12 – Material de transporte – peças 50,00 €

02.01.18 – Livros e Documentação Técnica 50,00 €

02.01.21 – Outros bens 50,00 €



Aquisição de Serviços:

02.02.11 – Representação dos Serviços 150,00 €

02.02.13 – Deslocações e Estadas 100,00 €

02.02.25 – Outros Serviços 350,00 €

3) Montante: 1.500,00 €

Responsável: **João Luis Fouto Lourenço**, Engenheiro Civil afeto à Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos.

Rúbricas de classificação económica:

Aquisição de Bens:

02.01.02 – Combustíveis e lubrificantes 210,00 €

02.01.02.01 – Gasolina » 65,00 €

02.01.02.02 – Gasóleo » 65,00 €

02.01.02.99 – Outros » 80,00 €

02.01.12 – Material de transporte – peças 300,00 €

02.01.14 – Outro material – peças 240,00 €

02.01.21 – Outros bens 300,00 €

Aquisição de Serviços:

02.02.03 – Conservação de bens 200,00 €

02.02.10 – Transportes – portagens 150,00 €

02.02.25 – Outros serviços 100,00 €

4) Montante: 500,00 €

Responsável: **Daniela Conceição Banha Palhais**, Assistente Técnica afeta à área de Recursos Humanos.

Rúbricas de classificação económica:

Aquisição de Bens:

02.01.21 – Outros bens 50,00 €

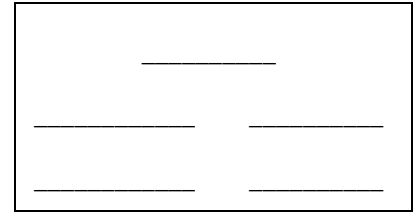
Aquisição de Serviços:

02.02.09 – Comunicações 50,00 €

02.02.25 – Outros serviços 400,00 €

Ponto nove) Proposta de atualização dos Tarifários dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos a vigorar no ano de 2021 – O

senhor Presidente fez uma apresentação sumária desta proposta, começando por referir que o enquadramento legal da mesma está previsto nos Estatutos da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março; no Regulamento Tarifário



de Gestão de Resíduos Urbanos, concretamente o Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro, alterado pelo Regulamento n.º 369/2019, de 26 de abril; no Regulamento dos Procedimentos Regulatórios, concretamente o Regulamento n.º 446/2018, de 23 de julho e no Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Água e Resíduos, concretamente o Regulamento n.º 594/2018, de 4 de setembro. À Entidade Reguladora compete, entre outras atribuições, regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos sistemas de titularidade municipal, entre as quais se encontram os municípios. Neste contexto, o Município tem de enviar anualmente à ERSAR a proposta de tarifário, a qual deve conciliar o equilíbrio entre a promoção tendencial da universalidade e da acessibilidade económica aos serviços, no que respeita à satisfação das necessidades básicas dos utilizadores domésticos e a sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras de serviço. –

Disse o senhor Presidente que embora esta conciliação seja difícil de atingir, o que se pretende é que os sistemas caminhem para uma auto-sustentabilidade sem pôr em causa o acesso aos bens e serviços de primeira necessidade dos quais se ocupa a presente proposta. O senhor Presidente esclareceu que o Município irá atualizar o tarifário, apenas no mínimo recomendável (0,8%), tendo em conta a taxa de inflação fixada de 0,8%. O senhor Presidente fez notar que para além da necessidade dos sistemas serem auto-sustentáveis, existem também algumas condicionantes para acesso a fundos comunitários, impedindo que os Municípios a eles recorram se o grau de recuperação dos custos for muito baixo. -----

O senhor Presidente acrescentou que a presente proposta foi atualizada com base em todas estas premissas, estando salvaguardada a garantia de bons níveis de acessibilidade económica, segundo a ERSAR. O senhor Presidente fez ainda referência à existência de tarifários especiais, designadamente o consumo social, as famílias numerosas e as instituições de reconhecida utilidade pública. -----

Disse ainda o senhor Presidente que qualquer atualização de tarifários, principalmente na fase em que nos encontramos, causa naturalmente preocupação ao executivo. Contudo, as situações mais especiais estão garantidas, particularmente quanto aos idosos e às pessoas com condições económicas mais débeis, havendo tarifários que só contemplam a parte variável. -----

Disse ainda o senhor Presidente que apesar da atualização ora proposta, o Município de Viana do Alentejo continua a ter o seu tarifário abaixo da média nacional. Contudo, apesar da atualização do tarifário ser mínima, esta revela, ainda assim, o caminho progressivo que tem de ser percorrido (não se podem aumentar as receitas de forma abrupta sem ter em conta quem as vai pagar). -----

Disse ainda o senhor Presidente que continuará a existir “uma política de poupança de água e de ações que levam a uma maior eficácia e eficiência nesta área”. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz manifestou a sua discordância quanto à atualização proposta, apesar de estar em causa apenas um aumento de 0,8%. Recordou que na reunião de 5 de dezembro de 2018, se



absteve na votação da proposta de atualização dos tarifários para 2019, tendo nessa reunião solicitado que “lhe fossem dados a conhecer todos os custos e proveitos referentes a esta matéria para poder analisar a possibilidade de ser atingida a sustentabilidade do sistema sem ser pela via do aumento das tarifas”. Disse este Vereador que o facto de, durante a pandemia, “se estarem a isentar alguns munícipes do pagamento da água, está-se a beneficiar de um lado e a prejudicar do outro”. Disse este Vereador que esta matéria é possivelmente uma em que não deverão existir contempações de isenções/reduções/minorações de pagamento, por forma a que se consiga, logo que possível, atingir o grau de recuperação que permita aceder a fundos comunitários. Por discordar das medidas que têm vindo a ser tomadas nesta matéria, fazendo acrescer os respetivos custos, o seu voto é contra a atualização proposta para 2021. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que a Câmara, ao implementar algumas isenções “esqueceu-se” do setor da restauração que tem um consumo água muito elevado e que está a atravessar uma crise que é do conhecimento de todos. Este Vereador disse não concordar com o aumento do tarifário, principalmente nesta altura em que as pessoas estão com grandes dificuldades económicas, considerando que “está a ser dado com uma mão e a ser retirado com a outra”. -----

O senhor Vice-Presidente, em relação à intervenção do senhor Vereador José Filipe Cruz disse constatar que o seu voto contra a atualização do tarifário, não se prende propriamente com o aumento deste mas sim com o facto da Câmara isentar e conceder “benesses” a algumas franjas da população que, segundo ele, estão a impedir que o Município atinja o equilíbrio recomendado pela ERSAR. Perguntou o senhor Vice-Presidente ao senhor José Filipe Cruz quais são os benefícios que a Câmara concede a idosos, jovens e titulares do cartão de reformado, com os quais ele não concorda. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz, a este respeito, disse que as medidas que foram tomadas em abril dirigem-se a toda a população e não apenas a franjas. Clarificou que aquilo que pretende evidenciar é que poderia haver outras formas de apoiar sem ser em matéria de água pois nesta existem metas a cumprir, as quais dificilmente serão atingidas se se mantiverem os procedimentos de redução de receita, ainda que em simultâneo com o pequeno aumento do tarifário. -----

O senhor Vice-Presidente disse que tinha percebido que os benefícios a que o senhor Vereador José Filipe Cruz se tinha referido não eram os benefícios pontuais de um mês, os quais tiveram os seus efeitos circunscritos e terminaram aí. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que esses efeitos foram, ainda assim, de 35 000,00 € (trinta e cinco mil euros). -----



O senhor Vice-Presidente continuou, referindo que para a ERSAR, a análise que tem de ser feita é estrutural e daí que tenha que ter em consideração a “discriminação positiva” que é feita para algumas franjas da população, porque esta, sim, é prolongada no tempo. -----

Quanto à intervenção do senhor Vereador Luis Miguel Duarte, o senhor Vice-Presidente referiu que se o Município não atualizar o tarifário, pelo menos no mínimo que é exigido, corre o risco de não poder aceder a fundos comunitários, por não obtenção do parecer positivo da ERSAR quanto ao tarifário. -----

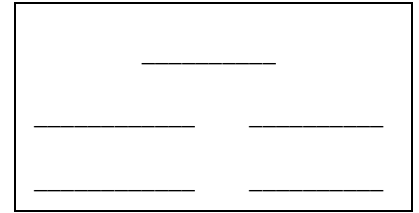
O senhor Vereador Luis Miguel Duarte considerou que em tempo de pandemia, seria pouco provável que o Município viesse a ser penalizado se isentasse a restauração do pagamento da água ou se não aumentasse, num ano, o tarifário. Disse que em sua opinião, existem outras formas de poupar água, designadamente por diminuição das perdas que são muito elevadas e na sequência de algum trabalho que vem sendo feito nesse sentido. Acrescentou que não pode é concordar que as pessoas paguem cada vez mais e que a água se continue a perder por variadíssimos sítios. -----

O senhor Vice-Presidente, relativamente a uma das questões referidas pelo senhor Vereador Luis Miguel Duarte – as perdas de água – disse que este problema sempre existiu, estando o Município empenhado em minimizá-lo, conforme prova a empreitada que está em curso, no sentido de melhorar a eficácia e eficiência do sistema de abastecimento de água. Acrescentou ainda o senhor Vice-Presidente que as obras de Reabilitação dos Centros Históricos de Viana do Alentejo e de Alcáçovas, têm também esse objetivo, tal como a substituição de contadores que está a ser levada a cabo e as diversas publicações de sensibilização para a necessidade de poupança de água. -----

Disse o senhor Vice-Presidente que para além disto em que todos estamos empenhados, há a ERSAR que como entidade reguladora que é, emana orientações sobre o modo como devemos proceder e esse procedimento tem de conjugar o aumento, ainda que mínimo do tarifário, com a garantia de acessibilidade por parte das franjas da população mais carenciadas. O senhor Vice-Presidente acrescentou que seria mais cómodo, com o argumento da pandemia, não efetuar qualquer aumento no tarifário. Contudo, uma atitude responsável no sentido de acautelar os interesses do Município, leva a que sejam tomadas as medidas necessárias para atingir o equilíbrio do sistema. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte reparou que o senhor Vice-Presidente, na sua intervenção, não se referiu à restauração, tendo-lhe perguntado se discorda da isenção do pagamento da água por parte desse setor, neste momento de crise que atravessam. -----

O senhor Vice-Presidente referiu que esse assunto nunca foi discutido, havendo outros setores de atividade a passar, também, por grandes dificuldades. Recordou que a Câmara, dentro das suas possibilidades, tem apoiado o comércio local, designadamente através dos vales solidários e referiu ser sempre mais fácil propor quando não se tem de gerir. Contudo, dado que os recursos do Município não



são ilimitados, há propostas que não são sequer exequíveis. O senhor Vice-Presidente acrescentou que seria útil que algumas das propostas apresentadas viessem quantificadas a fim de se perceberem os impactos das mesmas no Orçamento. -----

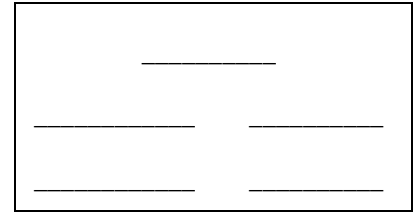
O senhor Presidente, relativamente a todos os aspetos que têm vindo a ser referidos, disse que principalmente neste ano, seria muito mais cómodo não propor a atualização dos tarifários. Contudo, é necessário cumprir o que a ERSAR recomenda e o que está em causa é um aumento mínimo (nos tarifários sociais, para 10 metros cúbicos, o aumento é de 8 cêntimos, não pondo em causa a acessibilidade das pessoas). Disse o senhor Presidente que os senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz estão a ter uma atitude simpática para as pessoas, tal como a CDU teve em 2008, em que estando prevista uma taxa de ligação de contador de 0,92 €, a mesma foi abolida da fatura, ou seja, ao contrário de outros municípios que incrementaram esse montante na tarifa, o Município de Viana do Alentejo aboliu-o de um tarifário que já era baixíssimo. -----

Não havendo dúvidas que quem paga quer sempre pagar o menos possível, disse o senhor Presidente que o que é um facto é que aquilo que não é pago pelas pessoas, tem de sair do Orçamento do Município. Acrescentou que as intervenções dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz vão no sentido de que todos paguem a água que alguns consomem, não lhe parecendo isto justo. Disse o senhor Presidente que nos tarifários sociais, o aumento, para 10 metros cúbicos, é na ordem dos 8 a 10 cêntimos, evidenciando que ainda assim existem apoios sociais para determinadas situações. Disse ainda que o mais fácil para este executivo seria não atualizar o tarifário, numa atitude simpática mas não responsável, sobretudo não responsável para o futuro. Ainda relativamente à restauração, disse o senhor Presidente que ela está contemplada no conjunto de medidas direcionadas para as empresas, não estando os restaurantes a pagar a componente fixa da água até ao final do ano. -----

Disse o senhor Presidente que continua a ser estudada a possibilidade de apoio aos empresários do concelho, caso haja suporte jurídico para o efeito. -----

O senhor Presidente referiu ainda, quanto às medidas de apoio que têm vindo a ser tomadas, o seguinte:

- apoio a entidades, pagando-lhes as despesas relativas a furos de água, a fim de evitar o gasto de água da rede; -----
- gestão dos aspersores; -----
- sensibilização das Juntas de Freguesia; -----
- substituição de 389 contadores no último ano, trabalho este ano interrompido devido à pandemia que tem impedido a deslocação de trabalhadores municipais aos domicílios; -----
- ações de sensibilização para a necessidade de poupança de água; -----



- instalação de contadores em espaços e equipamentos públicos sendo hoje possível ter conhecimento dos auto consumos, permitindo atuar sobre consumos exagerados; -----

- empreitada em curso, no montante de cerca de cem mil euros; -----

- substituição de tudo o que estava debaixo de 7 quilómetros de calçada à portuguesa (trabalho que não dá votos e que talvez por isso não tenha sido feito antes). -----

O senhor Presidente concluiu referindo que tem vindo a ser feito um trabalho sustentado, considerando que para o futuro deste concelho, é responsável e correto apresentar esta proposta de atualização dos tarifários. -----

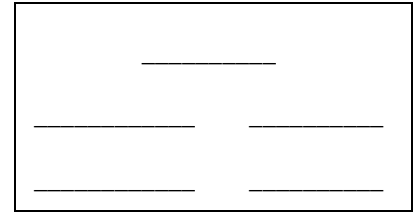
O senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que a CDU não fez a obra do Centro Histórico, não por ser uma obra “que não dá votos”, mas sim porque a CDU saiu da Câmara. Disse este Vereador que essa obra estava projetada, embora com um projeto diferente do da atual maioria. Disse ainda este Vereador que ao lado do furo cuja abertura a Câmara apoiou, estão-se a desperdiçar milhares de metros cúbicos de água que a Câmara não se preocupou em aproveitar. Na opinião deste Vereador “está-se a ajudar de um lado e a tirar de outro”. -----

O senhor Presidente, a este propósito, respondeu que o aproveitamento da água a que se referiu o senhor Vereador Luis Miguel Duarte, vai ser feito na Quinta da Joana que passará a ser regada a partir da água do chafariz do Largo 25 de Abril, que está a correr há dezenas de anos. Disse também que a Fonte da Praça está a correr, por via de uma canalização que este executivo fez, a partir do furo da Fonte Figueira. O senhor Presidente considerou curioso existirem situações que parece que só agora foram descobertas! -----

Quanto ao projeto da reabilitação do Centro Histórico a que se referiu o senhor Vereador Luis Miguel Duarte, o senhor Presidente disse que este Vereador continua a fazer confusão com esta matéria pois não existia qualquer projeto, tendo-lhe solicitado que exhibisse evidências da existência do mesmo. Acrescentou que poderiam eventualmente ter uma intenção mas que nunca chegaram a concretizar e que aquilo que foi feito consistiu na colocação de um painel com um desenho, que não é um projeto e que não passou de uma intenção. Para passar de intenção a realidade, faltou concretizar.-----

O senhor Presidente, em conclusão, disse considerar que a atividade dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz no sentido da discordância da atualização dos tarifários, é simpática mas não é responsável. Disse que aquilo que move este executivo é o trabalho em benefício do futuro do concelho e é nessa perspetiva que a proposta á apresentada. -----

O senhor Vice-Presidente lembrou ao senhor Vereador Luis Miguel Duarte que de facto não existia qualquer projeto relativo à reabilitação do Centro Histórico, devendo esta questão ficar clarificada de vez. Disse que aquilo que existia era um desenho que foi colocado nos placards e não um projeto que



demora meses a fazer, com técnicos de várias especialidades envolvidos. O senhor Vice-Presidente esclareceu que não ficou na Câmara qualquer projeto nem os técnicos do município reportaram a existência do mesmo, facto que deverá ser tido em conta pelo senhor Vereador Luis Miguel Duarte, evitando que afirme o que não corresponde à verdade. -----

O senhor Presidente, a este propósito disse que consta numa ata de uma reunião da Câmara, uma intervenção do anterior Presidente que refere que não houve intervenção nas infraestruturas dos Centros Históricos porque a despesa era de cinco milhões de euros. Disse o senhor Presidente que este executivo fez três intervenções no Centro Histórico de Viana e uma intervenção no Centro Histórico de Alcáçovas por menos de cinco milhões de euros e concluiu que “talvez venham daí alguns comentários da CDU em relação aos gestores do PS”. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que a anterior Vereação, à data em que saiu da Câmara, esperava pela chegada dos Fundos Comunitários para candidatar o projeto. -----

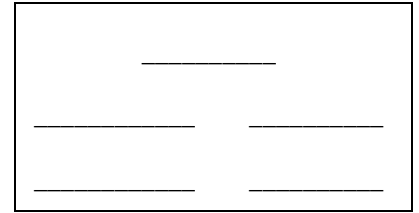
O senhor Presidente referiu que não havia era projeto... -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse que não afirmou que o projeto estava concluído e “pronto a sair” mas o certo é que havia uma intenção e “projetos alinhavados” para que a candidatura pudesse ser feita. -----

O senhor Presidente referiu que havendo intenção de atuar no Centro histórico por parte da CDU, estavam em causa apenas os pavimentos e não a substituição das infraestruturas. Acrescentou que foi este executivo que procedeu à substituição das infraestruturas, considerando que foi feito um bom trabalho. -----

O senhor Vice-Presidente, sublinhando que foi a atual gestão que procedeu a essas intervenções, considerou que a anterior gestão CDU não tem desculpa para não ter feito esse trabalho pois naquela altura já muitos municípios tinham aproveitado fundos comunitários para requalificarem os seus Centros Históricos, designadamente Évora, Arraiolos, Redondo, Portel. Acrescentou que quando este executivo entrou na Câmara, já muitos municípios tinham esse trabalho feito e a CDU não o fez o que o leva a considerar que a intenção talvez fosse mesmo não o fazer. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte voltou a referir o que já disse algumas vezes, ou seja, que este executivo propôs-se fazer melhor do que o anterior e questionou se quando a atual gestão sair da Câmara irá deixar tudo feito. Disse ainda que enquanto o Município de Évora esteve a tratar da requalificação do Centro Histórico, o Município de Viana trabalhou noutras áreas, designadamente Loteamentos, Zonas Industriais, Piscinas, Pavilhões Desportivos. Disse este Vereador que é impossível fazer tudo em simultâneo, não tendo ainda visto esta gestão fazer qualquer loteamento. Em seu entender não é correto dar a entender que esta gestão tudo faz e a anterior não fez nada. -----



O senhor Presidente referiu que nunca esta gestão confrontou os Vereadores da oposição com os loteamentos pois isso não faria sentido e aquilo a que assiste é que a anterior gestão, mesmo em áreas “em que esteve mal”, quer equiparar-se à gestão atual. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte sublinhou não ter qualquer problema em reconhecer o bom trabalho, sendo que numa ata anterior consta uma intervenção sua no sentido de considerar que esta gestão fez um bom trabalho nos Centros Históricos. -----

O senhor Vice-Presidente referiu que neste momento não é prioridade para o concelho, fazer loteamentos, não estando nenhum município a fazê-los e sendo a sua execução desaconselhada e desincentivada a nível da gestão do território. Disse ainda o senhor Vice-Presidente que tudo tem a sua época e essa época já passou. Acrescentou que a construção dos equipamentos referidos pelo senhor Vereador Luis Miguel Duarte não foi exclusiva do Município de Viana do Alentejo pois outros municípios da mesma dimensão fizeram esse trabalho mas também fizeram reabilitação urbana, designadamente os municípios de Alandroal, Portel, Arraiolos, Redondo. O senhor Vice-Presidente considerou que em 2009, este Município estava na cauda do pelotão, comparativamente aos municípios da sua dimensão, no Alentejo, havendo vários índices que comprovam isto. Acrescentou que não é possível “branquear a situação, dizendo que esta gestão é pior do que a que cá estava, porque é mentira”. Concluiu, referindo que as pessoas sabem “que o concelho está mil vezes melhor do que estava em 2009”. Ainda acrescentou que quem anda nas ruas “não anda a bater com os carros em buracos nem a cair dentro de roturas”. -----

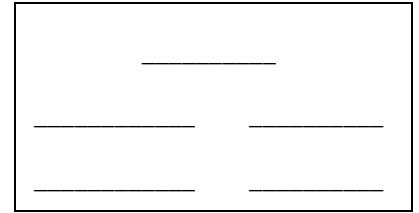
Tendo o senhor Vereador Luis Miguel Duarte sorrido ao ouvir a afirmação do senhor Vice-Presidente, este disse-lhe que ele se estava a rir da gestão em que participou e que deixou o concelho “miserável”. –

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte respondeu que essa gestão miserável foi a que deixou “pés para andar”, com mais de um milhão de euros na conta e outro milhão “de coisas aprovadas”. -----

O senhor Vice-Presidente lembrou que quando a atual gestão entrou, pagou quase um milhão e meio de euros das Piscinas Municipais (dado que só estava uma parte paga), pagou a obra do Pontão de Canelas, pagou cerca de 300 a 400 mil euros de massas asfálticas, pelo que o dinheiro que ficou já estava em parte consignado a determinados encargos. -----

O senhor Presidente pediu ao senhor Vereador Luis Miguel Duarte que esclarecesse o “milhão de coisas aprovadas” a que se referiu, dado não se recordar de quaisquer candidaturas aprovadas quando esta gestão iniciou funções. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte perguntou como foi possível à atual gestão ver aprovada a candidatura das Piscinas de Alcáçovas. -----



O senhor Presidente respondeu que uma coisa é ter a candidatura feita e outra, diferente, é ter a candidatura aprovada. -----

O senhor Vereador Luis Miguel Duarte disse que o senhor Presidente se está a focar num pormenor sendo que o que deverá ser realçado é que o dinheiro do financiamento das Piscinas de Alcáçovas só foi recebido pela atual gestão porque a candidatura ficou feita pela anterior. -----

O senhor Presidente concretizou, referindo que a anterior gestão não deixou projetos aprovados, sendo, em sua opinião, uma grande falha dessa gestão o não aproveitamento dos fundos comunitários. -----

Centrando a discussão no próprio ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente considerou que a proposta de atualização dos tarifários é “coerente, consciente e para bem do nosso concelho”. -----

Relativamente ao pedido do senhor Vereador José Filipe Cruz sobre custos e proveitos do setor das águas, o senhor Presidente referiu que o técnico que prestava assessoria ao município nessa área, saiu repentinamente pelo que, numa perspetiva de rigor, será fornecida a base dos cálculos, a discutir fora da reunião de Câmara por ser uma questão técnica e muito específica. Disse ainda o senhor Presidente que o senhor Vereador José Filipe Cruz fez o pedido destes elementos em 2018 mas em 2019, aquando da aprovação do tarifário, nada referiu a este respeito nem condicionou o sentido do seu voto a isso. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz disse considerar que não tem de repetir todos os anos esse pedido, acrescentando que os elementos em causa são até mais necessários a quem gere a tempo inteiro do que propriamente a ele, pois é quem gere que deverá analisar os números e corrigir o que for necessário. ----

O senhor Vereador José Filipe Cruz, relativamente aos 389 contadores que o senhor Presidente referiu terem sido substituídos, perguntou quantos estão fora de validade dentro do concelho. -----

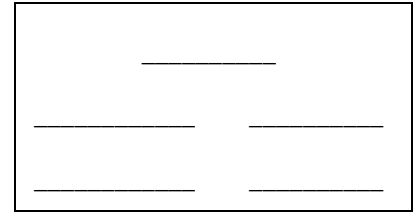
O senhor Presidente disse não conseguir responder a essa questão, a qual revela que o senhor Vereador José Filipe Cruz tem um desconhecimento grande quanto ao funcionamento deste município. Acrescentou não ser possível “fazer milagres”, não sendo possível fazer em oito ou nove anos, aquilo que outros, em vinte ou trinta, não fizeram. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz disse que gostaria de clarificar, relativamente aos metros cúbicos de água que são faturados, quais são os efetivamente pagos e aqueles que são perdidos. -----

O senhor Presidente, não tendo consigo números concretos, tem contudo a informação que, relativamente às perdas de água, em outubro de 2020, a situação era melhor face a 2019. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz referiu que no entanto em 2019 a situação das perdas havia piorado em relação a 2018. -----

O senhor Presidente confirmou este facto, sublinhando a pertinência de continuarem a ser implementadas todas as ações que possam concorrer para o decréscimo das perdas. -----



O senhor Vereador Paulo Manzoupo, relativamente às perdas de água e por forma a minimizar o seu volume, disse que as intervenções têm sido realizadas não só nos já referidos 7 quilómetros dos Centros Históricos mas também em locais que habitualmente eram problemáticos a nível de roturas, designadamente a Rua do Progresso (substituição de conduta), a Estrada entre o Cemitério e a Sr.ª D'Aires (substituição total de conduta) e mais recentemente a Rua José de Sousa Cabral (substituição de conduta). -----

Disse ainda o senhor Vereador Paulo Manzoupo que as Hortas Comunitárias irão ser abastecidas de água a partir do furo da Fonte Figueira, com o propósito de ser poupado o consumo de água tratada. -----

O senhor Vereador José Filipe Cruz insistiu na pergunta já anteriormente feita, no sentido de obter esclarecimentos sobre o número de contadores que falta substituir no concelho e quais os que estão fora de validade. -----

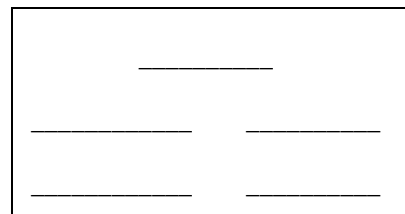
Votada a proposta de atualização dos Tarifários dos Serviços de Abastecimento Público de água, Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos a vigorar no ano de 2021, foi a mesma aprovada com três votos favoráveis e dois votos contra, por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, pelas razões que foram aduzindo ao longo da discussão deste assunto.

Ponto dez) Proposta de fixação do número de Bolsas de Estudo a atribuir no corrente ano letivo, bem como do respetivo montante unitário – Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica, a Câmara deliberou por unanimidade:

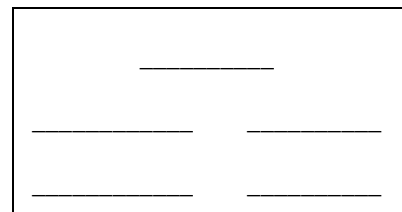
- a) A atribuição, no corrente ano letivo de 2020/2021, de 69 (sessenta e nove) Bolsas de Estudo; -----
- b) Que o montante unitário da Bolsa de Estudo seja de 80,00 € (oitenta euros) mensais, a pagar durante os dez meses previstos no Regulamento respetivo, sendo o total de 800,00 € (oitocentos euros) por aluno beneficiário. -----

Ponto onze) Proposta de atribuição de Bolsas de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica – Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir e renovar as seguintes Bolsas de Estudo no corrente ano letivo de 2020/2021:

- Catarina de Jesus Quaresma Costa, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- António José Figueira Falé, aluno do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Jéssica Filipa Rebocho Correia, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Afonso Banha Carvalho, aluno do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Sofia Poeiras Garcia, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----



- Verónica Isabel Pão-Mole Soldado, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- André de Sousa Manilhas, aluno do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Catarina Alexandra Rodrigues Caleiro, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Ana Teresa Banha Grosso, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Raquel Manita Fernandes, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Ana Filipa Maia Pão-Mole, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Rafael Filipe Laranjeiro Zabumba, aluno do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Miguel Pacheco Marques, aluno do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Maria Helena Grosso Grilo, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Joana Maria dos Santos Baioneta, aluna do 1.º ano / Licenciatura; -----
- Sofia Albuquerque dos Santos, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Rafaela Sofia Pires Bento, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Teresa Bentinho Lagarto, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- João Miguel Fialho Relvas, aluno do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Carolina Isabel Gato Carvalho, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Inês Isabel Magro Mira, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Raquel Alexandra Saúde Merca, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Carolina Amante Bagão, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Afonso Gonçalves da Silva, aluno do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Marlene Isabel Maurício Latas, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Cristiana Isabel Filhó Parreira, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Mariana Grilo Roberto, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Beatriz Bento Marques, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Inês Brito Pegado, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Sofia Isabel Soldado Baixinho, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Ana Rita Parreira Macau, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Ana Carolina Mendes Louro, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Célia Cristina Lima Pelado, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Madalena Isabel Viegas Lopes, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Vitor Hugo Zabumba Ginete, aluno do 2.º ano / Licenciatura; -----
- José Manuel Moço Dolores, aluno do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Beatriz Isabel Botas Casaca, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Diogo Miguel Mártires Ribeiro, aluno do 3.º ano / Licenciatura; -----



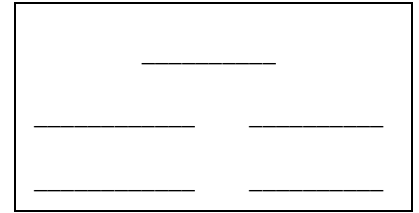
- Diogo Henrique Laranjeiro Zabumba, aluno do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Carlos Gabriel Pereira Simões, aluno do 4.º ano / Licenciatura; -----
- André Sacramento Lavado, aluno do 2.º ano / Licenciatura; -----
- David Gabriel Barreiros Ferreira, aluno do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Francisco Piseiro Nunes, aluno do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Carolina Guerreiro Torres, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Florbela Guerreiro Duarte, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Samuel Amado da Silva, aluno do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Gabriel Bagão Nunes, aluno do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Catarina Isabel Ribeiro Silva Francisco, aluna do 2.º ano / Licenciatura; -----
- Catarina Agostinho Varela, aluna do 3.º ano / Licenciatura; -----
- Beatriz Branco Bentinho, aluna do 1.º ano / Mestrado; -----
- Daniela Filipa Sacristão Bento, aluna do 1.º ano / Mestrado; -----
- Marta Sofia Fava Vinagre, aluna do 1.º ano / Mestrado; -----
- Cláudia Isabel Carvalheira Gaio, aluna do 1.º ano / Mestrado; -----
- Marta Sofia Pão-Mole Barão, aluna do 1.º ano / Mestrado; -----
- Francisco Miguel Latas Figueira, aluno do 1.º ano / Mestrado Integrado; -----
- Inês Maria Maia Chibeles, aluno do 1.º ano / Mestrado Integrado; -----
- Ana Rita Fava Bonito, aluna do 5.º ano / Mestrado Integrado; -----
- Diogo Miguel Duarte Vaqueira, aluno do 3.º ano / Mestrado Integrado; -----
- Filipa Piseiro Nunes, aluna do 2.º ano / Mestrado Integrado. -----

Ponto doze) Proposta de manifestação da intenção de indeferimento de dez pedidos de atribuição de

Bolsa de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência

Económica – Proveniente da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara apreciou a proposta de indeferimento de Bolsas de Estudo no ano letivo 2020/2021 no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica do concelho de Viana do Alentejo. A Câmara, com dois votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, deliberou manifestar a intenção de indeferimento da concessão de Bolsa de Estudo aos alunos a seguir referidos, pelos motivos que para cada um se indicam, devendo proceder-se à respetiva audiência prévia:

- David Ferro Dias, aluno do 1.º ano / Licenciatura, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento; -----
- Diogo Miguel Pimpão Teixeira, aluno do 1.º ano / Licenciatura, dado que não comprova carência



económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento; -----

- Inês Sofia Nilha Ludovino, aluna do 2.º ano / Licenciatura, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;

- Andreia Filipa Pinto Fadista, aluna do 1.º ano / Mestrado, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;

- Rita Figueira de Matos Rafael, aluna do 1.º ano / Licenciatura, dado que o curso é ministrado à distância, não estando abrangido pelo Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do seu artigo 5.º;

- Lucília de Jesus Bonito de Carvalho, aluna do 3.º ano / Licenciatura, dado não apresentar os documentos solicitados, não cumprindo o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento;

- Adriana Fonseca Ramalinho, aluna do 1.º ano / Mestrado, dado não apresentar os documentos solicitados, não cumprindo o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento; -----

- Vanessa Sofia Alves Pereira, aluna do 1.º ano / Licenciatura, dado não comprovar aproveitamento escolar, não cumprindo o definido na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento; -----

- Adriana Filipa Lopes Charrua, aluna do 4.º ano / Licenciatura, dado não comprovar aproveitamento escolar, não cumprindo o definido na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento; -----

- Maria Helena Guerreiro Duarte, aluna do 2.º ano / Mestrado, dado não comprovar aproveitamento escolar, não cumprindo o definido na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento. -----

Ponto treze) Proposta de atribuição de prémios de mérito, ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Prémio de Mérito deste concelho, a Câmara deliberou por

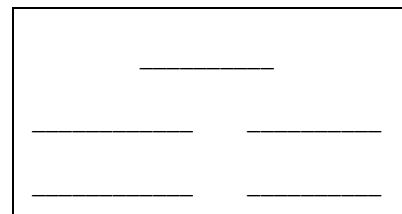
unanimidade atribuir os seguintes Prémios de Mérito, no montante unitário de 500,00 € (quinhentos euros):

- A Sofia Poeiras Garcia, melhor aluna do Curso de Ciências e Tecnologias do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo; -----

- A Matilde Cunha Trindade, melhor aluna do Curso Profissional Técnico de Desporto do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo. -----

Ponto catorze) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir o Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a Margarida Teresa Branco Figueira Pereira, residente em Viana do Alentejo. -----

Ponto quinze) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso – Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal



respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade proceder à renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso de Adolfo Ferreirinho Lavado, residente em Alcáçovas. -----

Ponto dezasseis) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às

Atividades Culturais – Nos termos das propostas da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas para a Sociedade União Alcaçovense, relativas ao 4.º trimestre de 2020:

- Escola de Música – 217, 80 € (duzentos e dezassete euros e oitenta cêntimos)
- Banda Filarmónica – 180,00 € (cento e oitenta euros)
- Grupo de Teatro Amador – 210,00 € (duzentos e dez euros)

Ao abrigo do mesmo Regulamento e sem a presença do Senhor Vice-Presidente por se encontrar impedido, a Câmara deliberou, com quatro votos favoráveis, transferir as seguintes verbas para o Grupo Coral “Os Trabalhadores de Alcáçovas”, relativas ao 4.º trimestre de 2020:

- Grupo Coral “Os Trabalhadores de Alcáçovas” – 180,00 € (cento e oitenta euros)
- Grupo Coral “Tertúlia dos Amigos do Cante” – 180,00 € (cento e oitenta euros)
- Grupo Coral Juvenil dos Trabalhadores de Alcáçovas – 180,00 € (cento e oitenta euros)

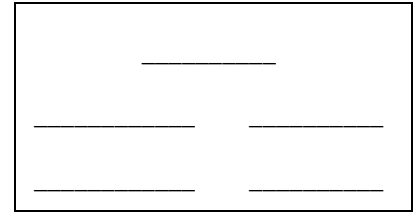
Ponto dezassete) Proposta de transferência de verbas para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas,

no âmbito da COVID-19 – Nos termos das propostas da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas:

- a) 7 112,00 € (sete mil cento e doze euros) como comparticipação no acréscimo de despesas relacionadas, com a aquisição de diversos equipamentos de proteção individual e com a higienização de espaços, no âmbito da pandemia da COVID-19;
- b) 2 657,32 € (dois mil seiscentos e cinquenta e sete euros e trinta e dois cêntimos) como comparticipação nas despesas relacionadas com a aquisição de equipamentos para o espaço que em Aguiar poderá vir a acolher doentes com COVID-19, oriundos do lar da Misericórdia de Alcáçovas.

Ponto dezoito) Proposta de transferências de verbas para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do

Alentejo, no âmbito da COVID-19 – Nos termos das propostas da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo:



- a) 3 000,00 € (três mil euros) como participação no acréscimo de despesas relacionadas, com a aquisição de diversos equipamentos de proteção individual e com a higienização de espaços, no âmbito da pandemia da COVID-19;
- b) 4 223,92 € (quatro mil duzentos e vinte e três euros e noventa e dois centavos) como participação nas despesas relacionadas com a aquisição de equipamentos para o espaço que em Aguiar poderá vir a acolher doentes com COVID-19, oriundos do lar da Misericórdia de Viana do Alentejo.

Ponto dezanove) Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo, no âmbito do Protocolo relativo ao apoio do Município na obra de conservação, requalificação e musealização do Santuário de Nossa Senhora D'Aires, em Viana do Alentejo – A

Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo a importância de 36 000,00 € (trinta e seis mil euros), no âmbito do Protocolo celebrado com a referida entidade, respeitante ao apoio do Município na obra de conservação, requalificação e musealização do Santuário de Nossa Senhora D'Aires, em Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte) Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo, para apoio na obra de conservação, requalificação e musealização do Santuário de Nossa Senhora D'Aires, em Viana do Alentejo –

Nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo a importância de 22 000,00 € (vinte e dois mil euros) como participação extraordinária na obra de conservação, requalificação e musealização do Santuário de Nossa Senhora D'Aires, em Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e um) Proposta de ratificação da 27.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa –

Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara ratificou a 27.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de ratificação da 18.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos –

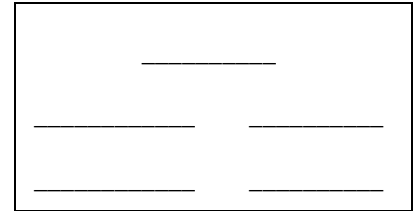
Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara ratificou a 18.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto vinte e três) Proposta de aprovação da 28.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa –

Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 28.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de aprovação da 18.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais –

Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis



Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 18.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação da 19.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos – Com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, a Câmara aprovou a 19.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto vinte e seis) Proposta de deferimento do pedido de legalização de obras, cujos requerentes são António Conceição Mira Pinto e Outros (Processo n.º 214/19) – Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e processual relativa ao Processo n.º 214/19, cujos requerentes são António Conceição Mira Pinto e Outros; a Câmara deliberou, com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, deferir o pedido de legalização de obras realizadas no prédio sito na Rua Heliodoro Salgado, nºs 9 e 9-A, em Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e sete) Proposta de ratificação dos despachos do Senhor Presidente que concederam apoios em espécie à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo – Sem a presença do senhor Vereador Luis Miguel Duarte por se encontrar impedido, a Câmara deliberou, com quatro votos favoráveis, ratificar o despacho do senhor Presidente, exarado a 10 de dezembro corrente, determinando a atribuição do seguinte apoio em espécie à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo:

- Equipamentos de Proteção Individual, no valor de 1 516,00 € (mil quinhentos e dezasseis euros). -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do senhor Presidente, exarado a 10 de dezembro corrente, determinando a atribuição do seguinte apoio em espécie à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo:

- Equipamentos de Proteção Individual, no valor de 2 545,70 € (dois mil quinhentos e quarenta e cinco euros e setenta cêntimos). -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu,

,Chefe da DGR, a subscrevi.

O Presidente,

_____	_____
_____	_____

Os Vereadores,